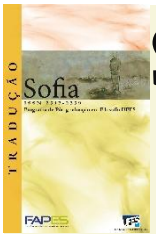
https://doi.org/10.47456/sofia.v15i2.52558



SOFIA

SOFIA, VITÓRIA (ES), V. 15, N. 2, P. 01-15, e15252558 Nov/2025
ISSN:2317-2339

Como criar crianças gays: a guerra contra os meninos afeminados[1]

SEDGWICK, Eve Kosofsky. How to Bring Your Kids Up Gay. *In*: SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Tendencies**. Durham: Duke University Press, 1993. p. 154-164.

Tradução: Juliana Aggio
Contato principal: juortegosa.aggio@gmail.com
ORCID: 0000-0001-6283-4797
Afiliação: Dep. Federação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Tradução: Camila Carpen
E-mail: camilacarpen@hotmail.com
ORCID: 0009-0009-0389-4867
Afiliação: Dep. da Trindade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Recebido: 04/05/2026
Received: 04/05/2026

Aprovado: 24/06/2026
Approved: 24/06/2026

Publicado: 03/11/2026
Published: 03/11/2026

Como citar:

AGGIO, J.; CARPEN, C. (TRADS.). Como criar crianças gays: a guerra contra os meninos afeminados. *Sofia*, Espírito Santo, Brasil, v. 15, n. 2, p. e15252558, 2026. DOI: 10.47456/sofia.v15i2.52558. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/sofia/article/view/52558. Acesso em: 03 nov. 2026.

[1] Tradução autorizada do capítulo "How to Bring Your Kids Up Gay: The War on Effeminate Boys", publicado originalmente em **Tendencies**, pp. 154-164. Copyright 1993, Duke University Press. Todos os direitos reservados. Republicado com permissão do detentor dos direitos autorais e da Editora. Referência DUP: DUP-RP-5905. Licença concedida para o projeto Princípios: Revista de Filosofia (eISSN 1983-2109)a. Todo o conteúdo desta revista (Sofia), exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. O capítulo traduzido é publicado com autorização não-exclusiva concedida pela Duke University Press (Ref: DUP-RP-5905).

Copyright (c) 2026 Juliana Aggio; Camila Carpen – CC BY Attribution 4.0 International License. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License

Apresentação da tradução

O texto a seguir apresenta a tradução do capítulo *How to Bring Your Kids Up Gay*, publicado no livro *Tendencies*, de Eve Kosofsky Sedgwick (1950–2009), autora central para a constituição da teoria queer e uma das figuras mais influentes dos estudos literários e culturais nas últimas décadas do século XX. No capítulo, Sedgwick examina criticamente a atuação de profissionais da saúde mental nos Estados Unidos ao fim do século XX, sobretudo a partir de relatórios e formulações teóricas produzidos por psicanalistas e psiquiatras comprometidos em "prevenir" a homossexualidade embrionária em comportamentos tidos como afeminados em meninos. Sua análise evidencia como tais discursos clínicos contribuíram para naturalizar comportamentos heterossexuais e instituí-los como horizonte normativo e paradigma de saúde e normalidade, particularmente no que diz respeito à infância, ao mesmo tempo em que configuraram a homossexualidade como um desvio a ser diagnosticado, prevenido ou corrigido.

Tendo por objeto privilegiado os comportamentos de meninos afeminados, a reflexão conduz, contudo, a um ponto mais amplo para os debates contemporâneos sobre gênero e sexualidade. Sedgwick diagnostica que, na cultura pós-moderna, a oposição tradicional entre natureza e cultura sofre uma inflexão significativa: aquilo que antes era atribuído à cultura, concebida como domínio maleável e passível de intervenção social, tende a ser percebido como relativamente resistente a transformação, enquanto a biologia, outrora entendida como fundamento fixo e imutável, torna-se cada vez mais objeto de intervenção técnica e de imaginação manipulativa. Nesse deslocamento, enquanto o apelo à explicação biológica deixa de operar como garantia de estabilidade ou de "destino natural", e passa a alimentar projetos de gestão e modulação da vida, nos moldes, pode-se dizer, da biopolítica foucaultiana, a dimensão social da cultura acaba por fixar as identidades sexuais (como é o caso de Friedman, para quem a autoidentificação masculina depende da validação, exclusivamente, de outros homens). A inversão dessas funções entre biologia e cultura constitui, assim, um dos eixos centrais do debate aberto por Sedgwick, ao indicar que, na pós-modernidade, a polarização natureza/cultura tende a ocultar o papel desempenhado pelos discursos médico-biológicos na produção e regulação das identidades sexuais.

Como criar crianças gays: a guerra contra os meninos afeminados

Eve Kosofsky Sedgwick

SEDGWICK, Eve Kosofsky. How to Bring Your Kids Up Gay. *In*: SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Tendencies**. Durham: Duke University Press, 1993. p. 154-164.

["*How to Bring Your Kids Up Gay*" (Como Criar Crianças Gays) foi escrito em 1989 para um painel da *Modern Language Association*. Jack Cameron me direcionou para os textos discutidos aqui, e Cindy Patton fortaleceu minha resistência a eles.]

No verão de 1989, o *Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos* divulgou um estudo intitulado "Relatório da Força-Tarefa do Secretário sobre o Suicídio Juvenil". Escrito em resposta à aparente epidemia crescente de suicídios e tentativas de suicídio por crianças e adolescentes nos Estados Unidos, o relatório de 110 páginas continha uma seção analisando a situação dos jovens gays e lésbicas. Ele concluiu que, devido ao fato de que "os jovens gays enfrentam um ambiente hostil e condenatório, abusos verbais e físicos, e rejeição e isolamento por parte de suas famílias e colegas", os jovens gays e lésbicas têm de duas a três vezes mais chances de tentar ou cometer suicídio do que outros jovens. O relatório recomenda, de forma bastante modesta, o "fim [da] discriminação contra jovens com base em características como... orientação sexual".

Em 13 de outubro de 1989, o Dr. Louis W. Sullivan, secretário do *Departamento de Saúde e Serviços Humanos*, repudiou esta seção do relatório – questionando não sua precisão, mas, ao que parece, sua própria existência. Em uma declaração escrita, Sullivan disse: "As opiniões expressas no artigo intitulado 'Suicídio de Jovens Gays e Lésbicas' de forma alguma representam minhas crenças pessoais ou a política deste Departamento. Estou fortemente comprometido com a promoção dos valores tradicionais da família… Na minha opinião, as opiniões expressas no artigo vão contra esse objetivo."[2]

É sempre temporada de caça a crianças gays. Mas onde estão, em tudo isso, a psicanálise e a psiquiatria? Onde estão as "profissões de assistência"? Nesta discussão sobre instituições, quero perguntar, não sobre Freud e as possíveis amplas contribuições dos textos originais, mas sobre a psicanálise e a psiquiatria tal como estão funcionando nos Estados Unidos hoje.[3] Estou especialmente interessada na psicanálise revisionista, incluindo a psicologia do ego, e nos

[2] Essa informação vem de reportagens no *New York Native*, de 23 de setembro de 1989, p. 9-10; 13 de novembro de 1989, p. 14; novembro de 1989, p. 7.

[3] Uma visão geral particularmente esclarecedora das abordagens psicanalíticas sobre a homossexualidade masculina está disponível em Kenneth Lewes, *The Psychoanalytic Theory of Male Homosexuality* (A Teoria Psicanalítica da Homossexualidade Masculina), (Nova York: Penguin/NAL/Meridian, 1989).

desenvolvimentos que seguiram a decisão amplamente divulgada de 1973 da *Associação Psiquiátrica Americana* de remover o diagnóstico patologizante da homossexualidade de seu próximo *Manual Diagnóstico e Estatístico* (DSM-III). Qual é o provável destino das crianças submetidas à influência da psicanálise e da psiquiatria hoje, após o DSM-III, por causa das ansiedades dos pais ou professores sobre sua sexualidade?

A literatura monográfica sobre o assunto é, para começar, até onde sei, exclusivamente sobre meninos. Um exemplo representativo dessa teoria psicanalítica revisionista centrada no ego seria o livro *Homossexualidade Masculina: Uma Perspectiva Psicanalítica Contemporânea* ("Male Homosexuality: A Contemporary Psychoanalytic Perspective"), de Richard C. Friedman, publicado pela *Yale University Press* em 1988.[4] (Uma espécie de volume complementar, embora escrito por um psiquiatra não psicanalista, é *A Síndrome do "Menino Afeminado" e o Desenvolvimento da Homossexualidade* ["The "'Sissy Boy Syndrome"' and the Development of Homosexuality"] de Richard Green [1987], também da Yale)[5]. O livro de Friedman, dedica generosos agradecimentos à sua esposa e filhos, é fortemente marcado por seu envolvimento solidário com o movimento de despatologização de 1973. Ele contém várias histórias visivelmente admiráveis de homens gays, muitos deles encontrados em contextos não terapêuticos. Esses incluem "Luke, um oficial de carreira do exército, de 45 anos, e um homem exclusivamente homossexual por toda a vida" (RF, p. 152); e Tim, que era "corpulento, forte e capaz de trabalhar lado a lado com qualquer um nos empregos mais extenuantes": "sociável e simpático", "um excelente atleta", Tim era "capitão da equipe de luta livre [de sua escola] e editor do jornal da escola" (pp. 206-7). Bob, outro "indivíduo bem-integrado", "tinha atividade sexual regular com alguns parceiros diferentes, mas nunca frequentou bares ou saunas gays. Ele não pertencia a uma organização gay. Quando adulto, Bob teve um histórico de trabalho estável e produtivo. Ele tinha amizades leais, carinhosas e duradouras com homens e mulheres" (pp. 92-93). Friedman também, a título de comparação, dá um exemplo de um homem heterossexual com o que ele considera uma personalidade altamente integrada, que por acaso é um piloto de caça: "Em forma e bem-ajustado, com cerca de vinte e poucos anos, ele tinha o estilo discretamente imponente de um tomador de decisões eficaz" (p. 86).[6]

[4] Richard C. Friedman, Male Homosexuality: A Contemporary Psychoanalytic Perspective (Homossexualidade Masculina: Uma Perspectiva Psicanalítica Contemporânea) (New Haven, Conn.: Yale University Press, 1988). Todas as citações aparecerão entre parênteses no texto com a sigla RF.

[5] Richard Green, *The "Sissy Boy Syndrome" and the Development of Homosexuality* (A Síndrome do Menino Afeminado e o Desenvolvimento da Homossexualidade), (New Haven, Conn.: Yale University Press, 1987). As citações aparecerão no texto com a sigla RG.

[6] Vale notar que os homens gays que Friedman admira sempre têm controle completamente discricionário sobre o conhecimento que os outros têm de sua sexualidade; não há nenhuma noção de que os outros possam ter suas próprias

Um padrão está surgindo? Os analistas revisionistas parecem dispostos a aceitar alguns homens gays, mas o homossexual saudável é aquele que (a) já é um adulto e (b) age de maneira masculina. Na verdade, Friedman correlaciona, explicitamente, a afeminação em homens gays adultos com "patologia global do caráter" e o que ele chama de "a parte inferior do espectro psicoestrutural" (p. 93). Nos parágrafos de seu livro que tratam obrigatoriamente sobre "a questão de quando o desvio comportamental em relação a uma norma definida deve ser considerado psicopatologia", Friedman deixa claro que, embora "os conceitos clínicos sejam muitas vezes um tanto imprecisos e reconhecidamente não façam justiça à rica variabilidade do comportamento humano", um conceito básico de patologia será mantido em seu estudo, e que esse conceito será definido de maneira muito particular. "A distinção entre não conformistas e pessoas com psicopatologia geralmente é suficientemente clara durante a infância. Meninos extremamente e persistentemente afeminados, por exemplo, devem ser vistos como pertencentes à última categoria" (pp. 32-33).

"Por exemplo," "meninos extremamente e cronicamente afeminados" – esse é o abjeto que assombra a psicanálise revisionista. O mesmo DSM-III, publicado em 1980, foi o primeiro a não incluir uma entrada para "homossexualidade" mas também foi o primeiro que *incluiu um novo diagnóstico*, numerado (para fins de seguro) como 302.60: "Transtorno de Identidade de Gênero na Infância". Nominalmente neutro quanto ao gênero, esse diagnóstico é, na verdade, altamente distinto entre meninos e meninas: uma menina recebe esse rótulo patologizante apenas no raro caso de afirmar que ela é, de fato, anatomicamente do sexo masculino (por exemplo, "que ela tem, ou vai desenvolver, um pênis"); enquanto um menino pode ser tratado por Transtorno de Identidade de Gênero na Infância se ele simplesmente afirmar "que seria melhor não ter um pênis" – ou, alternativamente, se ele demonstrar uma "preocupação com atividades estereotipicamente femininas, manifestada por uma preferência por se vestir com roupas do sexo oposto ou simular trajes femininos, ou por desejo intenso de participar dos jogos e passatempos das meninas".[7] Embora a decisão de remover a "homossexualidade" do DSM-III tenha sido altamente polêmica e pública, concretizada apenas sob intensa pressão de ativistas gays fora da profissão, a adição ao

intuições de que eles são gays; nenhum sinal de efeminação física; nenhuma participação visível em semióticas ou comunidades gays (físicas, culturais, vestuárias). Para muitos gays contemporâneos, tal existência seria impossível; para muitos, pareceria terrivelmente empobrecida em termos de cultura, comunidade e significado.

[7] *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), 3ª ed. (Washington, D.C.: American Psychiatric Association, 1980), pp. 265-66.

DSM-III do "Transtorno de Identidade de Gênero na Infância" parece não ter recebido nenhuma atenção externa – nem mesmo ter sido vista como parte da mesma mudança conceitual."[8]

De fato, o movimento gay nunca foi rápido em abordar questões relacionadas a meninos afeminados. Há uma razão pouco digna para essa posição marginalizada ou estigmatizada à qual até mesmo homens adultos afeminados foram frequentemente relegados no movimento.[9] Uma razão mais compreensível que a afeminofobia, no entanto, é a necessidade conceitual do movimento gay de interromper uma longa tradição de tratar gênero e sexualidade como categorias contínuas e sobrepostas – uma tradição que assume que qualquer pessoa, homem ou mulher, que deseja um homem deve, por definição, ser feminina; e que qualquer pessoa, homem ou mulher, que deseja uma mulher deve, da mesma forma, ser masculina. Que uma mulher, *enquanto mulher*, possa desejar outra; que um homem, *enquanto homem*, possa desejar outro: a necessidade indispensável de fazer essas afirmações poderosas e subversivas parece, talvez, ter exigido uma relativa dissociação dos vínculos entre adultos gays e crianças que não se conformam ao gênero. Teorizar gênero e sexualidade como eixos de análise distintos, embora intimamente entrelaçados, tem sido, de fato, um grande avanço do pensamento lésbico e gay recente. Há um perigo, no entanto, de que esse avanço possa deixar o menino afeminado mais uma vez na posição do abjeto assombroso – desta vez, o abjeto assombroso do próprio pensamento gay. Essa é uma possibilidade especialmente aterrorizante se – como muitos estudos lançados a partir de diferentes posições teóricas e políticas sugeriram – para qualquer homem gay adulto, independentemente de onde ele esteja atualmente em uma escala de masculinidade autopercebida ou socialmente atribuída (variando de extremamente masculino a extremamente feminino), é desproporcionalmente provável que ele tenha um histórico infantil de afeminação, feminilidade ou não masculinidade autopercebida.[10] Nesse caso, o apagamento do menino afeminado no discurso

[8] A exceção a essa generalização é Lawrence Mass, cujo *Dialogues of the Sexual Revolution* (Diálogos da Revolução Sexual), vol. 1, *Homosexuality and Sexuality* (Homossexualidade e Sexualidade) (Nova York: Harrington Park Press, 1990), reúne uma década de entrevistas com psiquiatras e pesquisadores da sexualidade, originalmente conduzidas e publicadas na imprensa gay. Nessas entrevistas, muitas vezes esclarecedoras, várias perguntas de Mass são feitas sob a premissa de que "a psiquiatria americana está simplesmente engajada em um processo longo e sutil de reconceitualização da homossexualidade como uma doença mental com outro nome — o 'transtorno de identidade de gênero na infância'" (p. 214).

[9] Essa marginalização pode estar diminuindo à medida que, em muitos lugares, a política "queer" começa a se sobrepor e/ou competir com a política "gay". Parte do que entendo como a carga emocionante da própria palavra "queer" é que ela abraça, em vez de repudiar, o que tem sido, para muitos de nós, experiências formativas de infância de diferença e estigmatização.

[10] Para descrições dessa literatura, veja Friedman, *Male Homosexuality*, pp. 33-48; e Green, *The "Sissy Boy Syndrome"*, pp. 370-90. O mais credível desses estudos, do ponto de vista gay-afirmativo, seria *Sexual Preference: Its Development in Men and Women* (Preferência Sexual: Seu Desenvolvimento em Homens e Mulheres), de A. P. Bell, M. S. Weinberg e S. K. Hammersmith (Bloomington: Indiana University Press, 1981), que conclui: "A não conformidade de gênero na infância

gay adulto representaria mais do que uma lacuna teórica prejudicial; representaria um núcleo de ódio homofóbico, ginofóbico e pedofóbico devastador, internalizado e tornado central na análise gay-afirmativa. O menino afeminado passaria a funcionar como o segredo aberto que descredibiliza muitos homens gays adultos politizados.

Um dos aspectos mais interessantes – e por interessantes quero dizer cautelosos – dos novos desenvolvimentos psicanalíticos é que eles se baseiam precisamente no movimento teórico de distinguir gênero de sexualidade. É assim que a despatologização de uma escolha atípica de objeto sexual pode ser associada à nova patologização de uma identificação de gênero atípica. Integrando a pesquisa construtivista de gênero de, por exemplo, John Money e Robert Stoller – pesquisa que muitos consideraram (embora talvez erroneamente) como tendo potencial para usos feministas –, esse trabalho postula a consolidação precoce de algo chamado Identidade de Gênero Central (Core Gender Identity, CGI) – a sensação básica de ser homem ou mulher – como uma etapa separada, anterior e possivelmente independente de qualquer cristalização de fantasia sexual ou escolha de objeto sexual. O Transtorno de Identidade de Gênero na Infância é visto como uma patologia envolvendo a Identidade de Gênero Central (falha em desenvolver uma CGI [*Core Gender Identity*] consistente com o sexo biológico); a escolha de objeto sexual, por outro lado, é desvinculada dessa Identidade de Gênero Central por meio de uma série de movimentos narrativos de duas fases que criam um espaço razoável. Sob a pressão, ironicamente, de ter que mostrar como adultos gays que ele considera personalidades bem-integradas às vezes evoluem de crianças vistas como a própria definição de psicopatologia, Friedman descreve vários passos de desenvolvimento que muitas vezes foram vistos como rigidamente unificados."[11]

Um problema grave nessa forma de distinguir gênero e sexualidade é que, ao desnaturalizar a escolha do objeto sexual, ela acaba por renaturalizar radicalmente o gênero. Toda psicologia do ego

acabou sendo mais fortemente conectada à homossexualidade adulta do que qualquer outra variável no estudo" (p. 80).

[11] Orgulhando-se de sua interdisciplinaridade, além disso, ele está muito interessado em trabalhos neuroendocrinológicos recentes que sugerem que o estresse pré-natal na mãe pode afetar a estruturação do cérebro fetal de tal forma que estímulos hormonais para a criança, até a adolescência, podem ser processadas de forma diferenciada. Seu tratamento desses dados como dados não é muito responsável (por exemplo, resultados problemáticos que apontam apenas para "diferenças hipotéticas" em um capítulo (p. 24) são silenciosamente atualizados para "conhecimento" positivo dois capítulos depois (p. 51) nem muito imparcial (por exemplo, as condições hipotetizadas como condutoras ao desenvolvimento gay são invariavelmente referidas como androgenização inadequada (p. 14), déficit (p. 15), etc.)). Mas seu encantamento com esse modelo tem dois efeitos úteis. Primeiro, parece gerar por analogia direta essa série adicional de narrativas em duas fases sobre o desenvolvimento psíquico, narrativas que discriminam entre as circunstâncias sob as quais uma estrutura psíquica particular é organizada e aquelas sob as quais é ativada, o que pode acabar permitindo novas sinuosidades para outros projetos de narração desenvolvimental mais inclusivos e pluralistas em relação aos gays. (Esse processo analógico é explicitado nas pp. 241-45.) E, em segundo lugar, vai longe para des-totalizar, desmistificar e narrativizar de uma forma reconhecível o senso de ameaça (ou promessa?) apresentado por uma suposta visão neurobiológica do corpo masculino já gay.

é propensa, em primeiro lugar, a estruturar narrativas de desenvolvimento em torno de um tropo não muito dialético de consolidação progressiva do eu (*self*). Colocar um determinante central de gênero muito precoce (por menos biologizado que seja) no centro desse processo de consolidação parece significar, essencialmente, que para uma pessoa não transexual com pênis, nada pode ser assimilado ao eu por meio desse processo de consolidação, a menos que possa ser assimilado como *masculinidade*. Mesmo para os meninos que se identificam como mais femininos, Friedman usa as frases "senso de autoestima masculina" (RF, p. 245), "competência masculina" (p. 20) e "autoavaliação como propriamente masculina" (p. 244) como sinônimos para qualquer autoestima e, em última análise, para qualquer senso de eu. Como ele descreve o processo interativo que leva à toda consolidação do ego em um menino:

> Os meninos se avaliam em relação a outros que consideram semelhantes. [Para Friedman, isso significa apenas homens e outros meninos.] A semelhança na autoavaliação depende de uma validação consensual. Os outros precisam concordar que o menino é e continuará sendo semelhante a eles. O menino também deve ver ambos os grupos de homens (colegas e homens mais velhos) como apropriados para a idealização. Ele não apenas deve ser como eles em alguns aspectos, mas também deve querer ser como eles em outros. Eles, por sua vez, devem querer que ele seja como eles. Inconscientemente, eles devem ter a capacidade de se identificar com ele. Esse ajuste que ocorre naturalmente [!] entre o mundo social masculino e o mundo interno de objetos do menino é o contraponto da fase específica juvenil em relação ao vínculo da criança pré-edipiana com a mãe (p. 237).

A razão pela qual meninos afeminados acabam se tornando gays, de acordo com essa explicação, é que outros homens não os validam como masculinos. Há uma fantasia persistente e nostálgica neste livro: "Não se pode deixar de imaginar como esses [meninos pré-homossexuais] teriam se desenvolvido se os homens que eles idealizavam tivessem um senso mais flexível e abstrato de competência masculina" (p. 20). Para Friedman, a crescente flexibilidade em relação a quais tipos de atributos ou atividades *podem* ser processados como masculinos, com o aumento da maturidade, parece explicar plenamente o fato de que tantos meninos "com distúrbios de gênero" (afeminados) conseguem crescer e se tornar homens "saudáveis" (masculinos), mesmo após a fase em que sua sexualidade se consolidou como gay.

Ou melhor, isso quase explica por completo. Há um resquício de mistério, que reaparece em vários pontos do livro, sobre por que a maioria dos homens gays acaba mostrando tanta resiliência – sobre como eles até sobrevivem – dado o profundo déficit inicial de "autoestima masculina" característico de muitas infâncias proto-gays e a remediação tardia e relativamente superficial que surge com o aumento da maturidade. Dado que "a virulência e a persistência do estresse [social] contra [isso] colocam a homossexualidade em uma posição única no repertório comportamental

humano", como explicar "o fato de que a morbidade severa e persistente não ocorre com mais frequência entre adolescentes gays?" (RF, p. 205). Friedman basicamente joga a toalha nesses momentos: "Várias explicações possíveis surgem, mas uma me parece particularmente provável: ou seja, que a homossexualidade está associada a algum mecanismo psicológico, ainda não compreendido ou sequer estudado até hoje, que protege o indivíduo de diversos distúrbios psiquiátricos" (p. 236). "Isso pode incluir mecanismos que influenciam a resiliência do ego, o potencial de crescimento e a capacidade de formar relacionamentos íntimos" (p. 205). E "é possível que, por razões que ainda não foram bem descritas, os mecanismos [dos meninos com distúrbios de gênero] para lidar com a angústia e a adversidade sejam excepcionalmente eficazes" (p. 201).

Esses são grandes espaços a serem deixados em branco no que se pretende ser um relato do desenvolvimento mental de crianças proto-gays. Mas, considerando que a consolidação ego-sintônica para um menino só pode ocorrer na forma de masculinidade, dado que a masculinidade só pode ser conferida por homens (p. 20), e dado que a feminilidade, em uma pessoa com pênis, só pode representar déficit e desordem, a única explicação que nunca poderia ser considerada é que essas habilidades misteriosas de sobrevivência, filiação e resistência poderiam derivar de uma identificação segura com a riqueza de recursos de uma mãe. As mães, de fato, não têm nada a contribuir para esse processo de validação masculina, e as mulheres são reduzidas, diante dessa urgência, a uma nulidade: qualquer envolvimento de uma mulher nesse processo é superenvolvimento, qualquer atitude protetora é superproteção, e, por exemplo, mães "orgulhosas das qualidades não violentas de seus filhos" estão manifestando uma clara "patologia familiar" (p. 193).

Para Friedman e Green, portanto, a primeira tarefa desenvolvimental imperativa de uma criança do sexo masculino, ou de seus pais e cuidadores, é estabelecer uma Identidade de Gênero Central (Core Gender Identity, CGI) propriamente masculina como base para explorações futuras e possivelmente mais flexíveis do que significa ser masculino – ou seja, para uma pessoa do sexo masculino, ser humano. Friedman é bastante ambíguo quanto a saber se essa CGI masculina envolve necessariamente algum conteúdo específico ou se trata de uma diferenciação quase puramente formal e pré-condicional que, uma vez firmemente estabelecida, pode abranger uma gama quase infinita de comportamentos e atitudes. Ele certamente não vê uma ligação necessária entre masculinidade e qualquer bode expiatório da homossexualidade masculina; uma vez que a psicologia do ego trata o desenvolvimento da heterossexualidade masculina como não problemático após a adolescência, como não envolvendo a supressão de qualquer possibilidade homossexual ou bissexual (pp. 263-67) e, portanto, como completamente desvinculado do pânico

homossexual (p. 178), parece ser apenas um infeliz mal-entendido, talvez corrigível, que, para uma criança proto-gay, identificar-se "de forma masculina" possa implicar sua identificação com seu próprio apagamento.

A renaturalização e a imposição da atribuição de gênero não são, no entanto, as piores notícias sobre a nova psiquiatria de aceitação gay. O pior é que ela não só falha em oferecer, mas também parece conceitualmente incapaz de oferecer, até mesmo a menor resistência ao desejo endêmico na cultura que a rodeia e a sustenta: o desejo de que pessoas gays simplesmente *não existam*. Há muitas pessoas nos mundos em que habitamos, e esses psiquiatras estão claramente entre elas, que têm um forte interesse em tratar com dignidade qualquer pessoa gay que já exista. Mas o número de pessoas ou instituições que tratam a existência de pessoas gays como preciosa e desejável, uma condição necessária para a vida, é pequeno. A assimetria predominante na atribuição de valor entre heterossexuais e homossexuais permanece incontestada em todos os lugares: orientações sobre como ajudar seus filhos a se tornarem gays, sem mencionar seus alunos, seus fregueses, seus clientes de terapia ou seus subordinados militares, são menos comuns do que se imagina. Por outro lado, o alcance das instituições cuja tarefa programática é impedir o desenvolvimento de pessoas gays é inimaginavelmente grande. Não há nenhum discurso institucionalizado predominante que ofereça uma resistência firme a essa tarefa: nos Estados Unidos, pelo menos, a maioria dos espaços do Estado, das forças armadas, da educação, do direito, das instituições penais, da igreja, da medicina e da cultura de massa a impõe quase sem questionamentos, e sem hesitar diante da possibilidade de recorrer à violência invasiva.

Esses livros, e as estratégias e instituições terapêuticas associadas, não são sobre violência invasiva. O que eles apresentam é uma sequência de mentiras sórdidas. A principal mentira é a de que eles se baseiam em qualquer coisa que não seja o desejo negado dos terapeutas por um resultado não gay. Friedman, por exemplo, cogita com entusiasmo que – com a intervenção terapêutica adequada – a orientação sexual de um homem gay que ele descreve como bastante saudável poderia perfeitamente, (não *ter sido mudada*, mas) "ter mudado *por si mesma*" (itálicos de Friedman): uma especulação que, ele observa de forma ingênua, "não é carregada de valores em relação à orientação sexual" (p. 212). O livro de Green, composto em grande parte de transcrições de entrevistas, é um emaranhado de mentiras que ele conta às crianças sobre os motivos de seus pais para levá-las ao tratamento. (Não foi "para impedir que você se tornasse homossexual", ele diz a um jovem que foi submetido à modificação de comportamento, "foi porque você estava infeliz" (RG, p. 318); mas mais adiante, na mesma página, ele confirma, sem se dar conta, ao seu leitor de confiança que "os pais dos meninos que entraram em terapia estavam... preocupados que o comportamento de gênero

oposto indicasse problemas com a sexualidade futura"). Ele encoraja jovens predominantemente gays a "tranquilizar" seus pais, afirmando que são "bissexuais" ("Diga a ele apenas o suficiente para que ele se sinta melhor" [RG, p. 207]) e a considerar favoravelmente a opção de se casar e manter suas esposas alheias às suas atividades sexuais (p. 205). Ele mente para si mesmo e para nós, ao encorajar pacientes a mentir para ele. Em uma série de entrevistas, por exemplo, com Kyle, o menino submetido à terapia comportamental, Green relata ele dizendo estar incomumente retraído – "Acho que sempre fui excessivamente sensível quando os caras olham para mim ou algo assim, desde que me lembro, sabe, depois que minha mãe me disse por que eu tenho que ir à UCLA, porque eles tinham medo de que eu me tornasse homossexual" (p. 307); dizendo que a homossexualidade "é algo muito ruim, e eu não acho que eles deveriam estar por aí para influenciar crianças... Eu não acho que eles deveriam ser machucados pela sociedade ou algo assim – especialmente em Nova York. Há aqueles que gostam de couro e coisas do gênero. Quero dizer, acho que isso é realmente doentio, e acho que talvez eles devessem ser internados" (p. 307); dizendo que ele quer cometer violência contra homens que olham para ele (p. 307); e dizendo que, se tivesse um filho como ele, "o levaria onde ele seria ajudado" (p. 317). Essa é a própria imagem da serena aceitação de si mesmo? O resumo de Green:

> Aqueles que se opõem à terapia argumentaram que a intervenção reforça o "desvio" da criança, faz com que ela se envergonhe de quem é e a leva a suprimir seu "verdadeiro eu". Os dados dos testes psicológicos não corroboram essa afirmação; nem o conteúdo das entrevistas clínicas. Os meninos veem o tratamento de forma favorável. Eles endossariam tal intervenção se fossem o pai de um menino "feminino". Sua razão é reduzir o conflito na infância e o estigma social. A terapia com esses meninos parece ter cumprido esse objetivo (p. 319).

Nesta direção, Green está absurdamente empenhado em convencer os pais de que o ódio e a raiva que sentem por seus filhos afeminados são, na verdade, apenas um desejo de protegê-los da crueldade dos colegas – mesmo quando os pais nomeiam seus próprios sentimentos como ódio e raiva (pp. 391-92). Mesmo quando um quarto dos pais de filhos gays está *tão* interessado em protegê-los da crueldade social que, quando os meninos não mudam, eles os expulsam de casa! Green é severo com mães que demonstram qualquer tolerância ao comportamento de gênero oposto de seus filhos (pp. 373-75). Na verdade, suas identificações fundamentais como clínico parecem realmente estar no grupo de colegas: em determinado momento, ele se refere com aprovação à "terapia, seja ela formal (aplicada por profissionais pagos) ou informal (aplicada pelo grupo de colegas e pela sociedade em geral por meio de provocações e padrões de papéis sexuais)" (p. 388).

Referindo-se de forma branda em uma página à "intervenção psicológica direcionada a aumentar o conforto [dos meninos afeminados] em serem masculinos" (p. 259), Green diz de forma muito mais franca na página seguinte: "o direito dos pais de supervisionar o desenvolvimento dos filhos é um princípio de longa data. Quem irá ditar que os pais não podem tentar criar seus filhos de uma maneira que maximize a possibilidade de um resultado heterossexual?" (p. 260). Quem, afinal – se os membros dessa profissão não conseguem parar de ver a prevenção de pessoas gays como um uso ético de suas habilidades?

Mesmo fora das profissões de saúde mental e dentro de discursos mais autenticamente afirmativos em relação aos gays, o espaço teórico para apoiar o desenvolvimento gay é estreito, como destaquei na introdução de *Epistemologia do Armário* ("Epistemology of the Closet"). Argumentos construtivistas tendem a se manter distantes da experiência de crianças gays e proto-gays. Para gays e pessoas que amam gays, mesmo que o espaço da maleabilidade cultural seja o único teatro concebível para nossa política efetiva, cada passo desse argumento construtivista natureza/cultura contém um perigo: o perigo da dificuldade de intervir na trajetória aparentemente natural de identificação de um lugar de maleabilidade cultural, a invenção de um mandato ético ou terapêutico para manipulação cultural, até a fantasia higienista Ocidental dominante de um mundo sem mais homossexuais.

Esse é um conjunto de perigos, e é contra eles, como argumentei, que entendimentos essencialistas e biologizantes da identidade sexual ganham uma certa gravidade. A resistência que parece ser oferecida pela conceitualização de um corpo homossexual inalterável, ao ímpeto de engenharia social aparentemente embutido em cada uma das ciências humanas do Ocidente, pode trazer profunda tranquilidade. Ao mesmo tempo, no entanto, na era pós-moderna, está se tornando cada vez mais problemático assumir que fundamentar uma identidade na biologia ou na "natureza essencial" é uma maneira estável de isolá-la da interferência social. Na realidade, o conjunto de suposições que sustenta os debates natureza/cultura pode estar em processo de reversão direta. Cada vez mais, é a suposição de que uma característica específica tem base genética ou biológica, e não que é "apenas cultural", que parece desencadear um frenesi de fantasia manipulativa nas instituições tecnológicas da cultura. Uma relativa descrença na eficácia das técnicas de engenharia social, uma mania elevada sobre o controle biológico: a psicose bipolar cartesiana que sempre esteve por trás dos debates natureza/cultura trocou suas atribuições polares sem abrir mão de seu domínio sobre a vida coletiva. E nesse contexto instável, a dependência de um corpo homossexual específico para oferecer resistência a qualquer ímpeto de erradicação gay é extremamente vulnerável. A AIDS, embora seja usada para oferecer todos os dias ao público consumidor de

notícias a visão cristalizada de um mundo pós-homossexual, nunca poderia, por si só, produzir tal mundo. O que alimenta essas fantasias de forma mais perigosa, porque mais sutil, é a apresentação, muitas vezes em contextos ostensiva ou autenticamente de afirmação gay, de "explicações" de base biológica para o comportamento desviante que são absoluta e invariavelmente expressas em termos de "excesso", "deficiência" ou "desequilíbrio" – seja nos hormônios, no material genético ou, como está na moda atualmente, no ambiente endócrino fetal. Se eu já tivesse visto, em qualquer meio de comunicação, algum pesquisador ou divulgador se referir, nem que fosse uma única vez, a qualquer suposta circunstância produtora de gays como o equilíbrio hormonal adequado, ou o ambiente endócrino propício, para a geração gay, eu estaria menos arrepiada com as brisas de toda essa confiança tecnológica. Como as coisas estão, um sonho medicalizado de prevenção de corpos gays parece ser o lado menos visível e muito mais respeitável do sonho público, alimentado pela AIDS, de extirpá-los.

Nesse equilíbrio instável de suposições entre a natureza e a cultura, em qualquer caso, sob a égide abrangente e relativamente incontestada do desejo de uma cultura de que pessoas gays não existam, não há um espaço teórico seguro e não ameaçador para um conceito de origens gays e lésbicas. O que os livros que discuti e as instituições às quais estão ligados demonstram é que o desejo de um tratamento digno para pessoas já gays está fadado a se transformar em apologética trivializante ou, muito pior, em uma cumplicidade suavemente camuflada na opressão – na ausência de uma afirmação forte, explícita e *eroticamente investida* do desejo ou da necessidade que algumas pessoas sentem de que existam pessoas gays no mundo atual.

Referências Bibliográficas

SEDGWICK, Eve Kosofsky. How to Bring Your Kids Up Gay. *In*: SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Tendencies**. Durham: Duke University Press, 1993. p. 154-164.

METADADOS DA SUBMISSÃO

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem ao grupo de pesquisa em raça, gênero, sexualidade, classe e feminismos Coletivo Filosofia da Terceira Margem (COFITEM) pelo apoio institucional e pelo ambiente acadêmico que viabilizaram esta tradução, e a Guilherme Terreri Lima Pereira pela indicação do texto que tornou possível sua tradução.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES-PROEX (Código de Financiamento 001) e do CNPq (processo nº 123456/2024-5).

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Os/as autores/as declararam que não utilizaram ferramentas de Inteligência Artificial Generativa na preparação deste manuscrito.

CONFLITO DE INTERESSES

Os/as autores/as declaram não haver conflito de interesses relacionado à publicação deste artigo.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão integralmente contidos no manuscrito.

LICENÇA DE USO

Copyright (c) 2026 Juliana Aggio; Camila Carpen – CC BY Attribution 4.0 International License. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License

- **Texto completo:** CC BY 4.0. Uso gratuito com obrigação de reconhecer autoria e publicação original nesta revista.
- **Metadados:** CC0 1.0 Universal (Domínio Público) – livre uso, inclusive para fins comerciais.

EDITORA

Universidade Federal do Espírito Santo. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade das pessoas autoras, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade. https://periodicos.ufes.br/index/index

EDITORES

Editor-chefe: Jorge Luiz Viesenteiner 0000-0003-3727-7890

Editoração e revisão: Wellington Alan Soares Marques 0000-0002-6537-7680

Juliana Aggio

Pesquisadora de produtividade do CNPq. Possui graduação, mestrado e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo, tendo realizado doutorado sanduíche na École Normale Supérieure - Paris (2009-2010). Professora associada do departamento de filosofia, membra do Programa de pós-graduação em Filosofia da UFBA (PPGF) e da UFRRJ (PPGFIL) e em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). Realizou pós-doutoramento na UFRJ (2022-2023) e foi professora visitante na Universidade Paris 8 (2023). É líder do grupo de pesquisa em raça, gênero, sexualidade, classe e feminismos "Coletivo Filosofia da Terceira Margem" (COFITEM), desde 2025. Foi coordenadora do GT Filosofia e Gênero (2021-2022), é atualmente membra do núcleo de sustentação do GT Raça, gênero e classe (desde 2024), administradora da Rede brasileira de Mulheres Filósofas (desde 2019), membra permanente da Comissão de Organização do Encontro de Filosofia da Bahia (desde 2015) e membra da Réseau d'études décoloniales (RED, desde 2025). Publicou diversos artigos, capítulos de livro e os livros "Prazer e desejo em Aristóteles" (Edufba), "Filósofas" (Kotter), "Dispositivo cisheterocolonial: práticas críticas de si e alianças feministas anticapitalistas" (no prelo, Col. Filósofas, ed. PUC-Rio/Autêntica). Faz uso de ferramentas conceituais para pesquisar questões relativas à constituição da subjetividade contemporânea a partir do pensamento de Foucault, Butler, Wittig, Lugones, Anzaldúa, Gonzalez, Carneiro, dentre outras feministas, bem como de temas relativos a outros modos de se fazer filosofia, a epistemologias não hegemônicas, sexualidades dissidentes, multiplicidades de gênero, raça, feminismos e suas intersecções.

Camila Carpen

Licenciada, Mestra e atualmente Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com bolsa CAPES-PROEX. Desenvolve pesquisas em Filosofia Francesa Contemporânea, especialmente na obra de Michel Foucault, com ênfase nos temas do sujeito de desejo e da subjetividade, da vontade de saber e da experiência da sexualidade. É membro do "GT Filosofia Francesa" e atua como pesquisadora no GEFRAN/UFSC (Grupo de Pesquisa em Filosofia Francesa Contemporânea: Crítica e Clínica), no NIM/UFSC (Núcleo de Investigações Metafísicas) e no COFITEM (Coletivo Filosofia da Terceira Margem). Possui interesse nas áreas de Ontologia, Psicanálise e Filosofia Francesa Contemporânea.

Os textos deste artigo foram revisados por terceiros e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação